

O LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS NO DISCURSO E NA HISTÓRIA: AS FICHAS DE EDIÇÃO DE O *NOSSO IDIOMA* (1936-1950)

EL MANUAL DE ENSEÑANZA DE PORTUGUÉS EN EL DISCURSO Y EN LA HISTÓRIA: LAS
FICHAS DE EDICIÓN DE O NOSSO IDIOMA (1936-1950)

PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOKS IN THE DISCOURSE AND IN THE HISTORY: THE
EDITION SHEETS OF O NOSSO IDIOMA (1936-1950)

Cristian Henrique Imbruniz*

Universidade de São Paulo

RESUMO: Partindo das *fichas de edição de O nosso idioma: curso elementar*, que registram, entre 1936 e 1950, os dados editoriais deste livro, tenho por objetivo investigar possibilidades de, teórica e metodologicamente, determinar relações entre livros didáticos e suas condições sócio-históricas de emergência e permanência nos espaços sociais de circulação. Assumo uma abordagem aplicada de base discursiva, que, por meio da noção de *acontecimento discursivo*, se aproxima de procedimentos da História, particularmente, do método serial. Proponho que as relações entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* de livros didáticos sejam concebidas como *acontecimentos discursivos*, e os dados em série das *fichas* como enunciados informados pelas condições sócio-históricas de existência dessas instâncias. Os resultados mostram que, nas *fichas*, há dois tipos de dados capazes de oferecer pontos de acesso ao *acontecimento* que o livro compõe: os pertinentes sempre preenchidos e os pertinentes nem sempre preenchidos, ambos responsáveis por materializar práticas editoriais e discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Acontecimento discursivo. Séries.

RESUMEN: A partir de las *fichas de edición de O nosso idioma: curso elementar*, que registran, entre 1936 y 1950, sus datos editoriales, me propongo a investigar las posibilidades de, teórica y metodológicamente, determinar las relaciones entre los manuales de

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/03933-1 e nº 2022/13328-3. E-mail: imbrunizc@gmail.com.

enseñanza y sus condiciones sociohistóricas de emergencia y permanencia en sus espacios sociales de circulación. Con este fin, adopto un enfoque discursivo aplicado, que por medio de la noción de evento discursivo se acerca a los procedimientos de la Historia, especialmente al método serial. Propongo que las relaciones entre las instancias de *producción, circulación y recepción* de manuales de enseñanza sean concebidas como *eventos discursivos*, y los datos en serie de las *fichas* como enunciados informados por las condiciones sociohistóricas de existencia de estas instancias. Los resultados muestran que, en las *fichas*, existen dos tipos de datos capaces de ofrecer puntos de acceso al *evento* que el libro compone: los relevantes siempre cumplimentados y los pertinentes no siempre cumplimentados, ambos responsables de materializar prácticas editoriales y discursivas.

PALABRAS CLAVE: Manuales de enseñanza. Acontecimiento discursivo. Series.

ABSTRACT: Based on the *edition sheets* of *O nosso idioma: curso elementar*, which record the book's editorial data between 1936 and 1950, I aim to investigate the possibilities of, theoretically and methodologically, determining relations between textbooks and their socio-historical conditions of emergence and permanence in its social space. For this purpose, I assume an applied approach in a discursive basis that, through the notion of *discursive event*, comes close to the procedures of History, especially, the serial method. In this sense, I propose that the relations between the instances of *production, circulation and reception* of textbooks should be conceived as a *discursive event* and the data in series of the *edition sheets* as statements informed by the socio-historical conditions of these instances. The results show that, in the *edition sheets*, there are two types of data capable of offering points of access to the *event* that the book composes: the pertinent ones always filled in and the pertinent ones not always filled in, both responsible for materializing editorial and discursive practices.

KEYWORDS: Textbook. Discursive event. Series.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, investigo possibilidades de, teórica e metodologicamente, determinar relações entre livros didáticos de português e suas condições sócio-históricas de emergência e permanência no seu espaço social de circulação. As discussões propostas foram motivadas por questões dirigidas a mim pela banca durante a defesa de minha dissertação de mestrado. Na dissertação, proponho-me a estabelecer elementos para uma memória discursiva do ensino de escrita no primeiro ciclo do secundário por meio da análise de oito livros didáticos de português, publicados entre 1930 e 2002, ao número de um por década iniciada (cf. IMBRUNIZ, 2019). Naquela pesquisa, a título de introdução, optei por apresentar estes oito livros didáticos orientando-me por reformas educacionais, como a Reforma Francisco Campos (1931) e a Reforma Capanema (1942), dentre outras. Essa abordagem, que explora eventos relacionados à política educacional, suscitou questões sobre a possibilidade de se apresentar os mesmos livros por meio de uma abordagem de mesma natureza, discursiva, mas que enfatizasse os processos de ruptura histórica, já contemplados ao longo da dissertação.

O objetivo geral deste artigo é, portanto, determinar elementos teórico-metodológicos para delimitar as condições sócio-históricas de emergência e permanência de livros didáticos de português no espaço social por meio de uma abordagem discursiva. Desse objetivo geral, decorrem dois objetivos específicos. Em primeiro lugar, mostrar como a relação entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* de livros didáticos constituem um *acontecimento discursivo*. Em segundo lugar, especificar os termos de uma possível aproximação entre Análise do Discurso e História a partir da análise serial de um *arquivo* e de um conjunto de documentos específicos. Para tanto, assumindo uma abordagem aplicada de base discursiva, analiso o livro *O nosso idioma: curso elementar*, de Paulo de Freitas, publicado pela Companhia Editora Nacional (CEN), em 1936, e suas *fichas de edição*, disponíveis no acervo histórico da CEN, sediado no Centro de Memória e Pesquisa Histórica (CMPH), da Universidade Federal de São Paulo, em Guarulhos (SP).

O período de análise corresponde ao intervalo de circulação de *O nosso idioma: curso elementar*, entre 1936 e 1950, livro selecionado em função de sua trajetória editorial particular. Vale destacar que, neste intervalo de quatorze anos, o volume em questão atingiu dezessete edições, mesmo sendo parte de um conjunto de livros que não prosperou após a Reforma Capanema, promulgada em 1942. A particularidade de sua trajetória, que justifica sua análise no presente trabalho, evidencia-se, pois, nesta relação entre mudanças sociopolíticas na legislação educacional e estratégias mais e menos explícitas de manutenção de circulação adotadas pela

CEN, campo fértil para explorar as condições sócio-históricas de emergência e permanência no espaço social de circulação de um livro didático.

Começo propondo uma posição teórico-metodológica para a abordagem discursiva de livros didáticos, com declarada preocupação histórica, mas sem pretensões historiográficas. Em seguida, apresento as *fichas de edição* do acervo da CEN e, por fim, proponho uma análise de *O nosso idioma: curso elementar*, de Paulo de Freitas.

2 LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS E ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Em trabalhos anteriores (IMBRUNIZ, 2018, 2019), defendo que a relação entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* de livros didáticos de português consiste num *acontecimento discursivo*. Como artefato do processo editorial, a existência histórica do livro didático inclui os diferentes momentos da *produção, circulação e recepção*. Nesse caso, ao livro didático é atribuída historicidade sem que, no entanto, ele próprio seja identificado ao acontecimento constituído pela relação entre os três momentos da *produção, da circulação e da recepção*. Ao destacar que o livro didático não é o acontecimento, pretendo afastar uma interpretação meramente empirista da noção de acontecimento e, com isso, afastar também, no que se refere ao estudo do livro didático, uma abordagem que faça corresponder a sua existência histórica, exclusivamente, a uma suposta factualidade pontual, à qual pudesse ser reduzido o acontecimento. Ao contrário, procuro me aproximar do que defende Foucault (2014 [1970]), quando afirma que o acontecimento discursivo é *material* em vez de *corpóreo*. Para Foucault (2014 [1970], p. 54), o acontecimento “não é o ato nem a propriedade de um corpo”, produzindo-se, ao contrário, “como efeito de e em uma dispersão material”. Em outras palavras, o acontecimento não corresponde ao fato empírico (ato ou propriedade do *corpo*), mas às relações que o engendraram e que seguem sendo engendradas a partir desse fato (sua *materialidade histórica* em dispersão).

Assim, o fato da publicação de um livro didático seria somente um dos enunciados em dispersão no *acontecimento discursivo* que se materializa na relação entre as suas instâncias de *produção, circulação e recepção*. Ao falar em enunciados que constituem um *acontecimento discursivo*, remeto-me à definição proposta por Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986], p. 172): “[...] o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um dado momento”. Sendo parte desse entrecruzamento, o livro ganha o estatuto de fato discursivo e, portanto, historiciza-se. Desse modo, junto ao fato de sua publicação, na qualidade de enunciados do mesmo acontecimento, coexistem os fatos políticos (a ascensão de um novo ministro da educação ou uma reforma curricular), econômicos (uma crise econômica ou uma reconfiguração do setor gráfico nacional), sociais (uma modificação nas condições de acesso à educação formal ou o controle da distribuição de livros didáticos), prático-profissionais (os usos que professores e atores educacionais fazem de um livro didático ou a relação de profissionais da edição com o mesmo livro) e, por que não, afetivos (as marcas e registros feitos no livro e pelo livro por e em professores e alunos). Entrecruzados na relação entre as instâncias de *produção, circulação, recepção*, a consistência desses enunciados constitui o *acontecimento discursivo*, que, por não se reduzir à emergência ou ao possível desaparecimento do artefato livro, pode ser identificado na sua permanência discursiva, nem sempre *corpórea*, mas sempre *material*.

Ainda sobre a noção de *acontecimento discursivo*, vale retomar Foucault (2014 [1970], p. 53). Esse autor afirma que, na História, o *acontecimento* já não é considerado em termos de causa e efeito ou de estruturas rígidas. À ocasião do proferimento de sua aula inaugural no Colégio de França, em 1970, encontrava-se em consolidação uma perspectiva cujo cerne consistia em analisar o acontecimento em termos de série diversas, entrecruzadas, divergentes, mas não autônomas, que permitiriam estabelecer seu lugar, seus acidentes e suas condições de emergência. Desse modo, para Foucault (2014 [1970], p. 53), em vez de noções tradicionais, como as de consciência e de estrutura, o analista seria impelido às noções de “descontinuidade, dependência, transformação”, ou seja, aquelas correlatas ao *acontecimento* e à sua análise em série.

A propósito de contribuições possíveis dessa perspectiva para a Análise do Discurso de vertente francesa (AD), é oportuno retomar Possenti (2009 [2004]). Em seu estudo, o autor apresenta duas posições sobre a noção de acontecimento com o objetivo de repensar

certas categorias da AD, tais como *esquecimento, memória e subjetividade*. A primeira posição é do historiador inglês Peter Burke. A segunda, de Foucault. Para os fins deste trabalho, detenho-me na exposição crítica que o autor faz de Foucault.

Para Possenti (2009 [2004]), a posição de Foucault (2005 [1972]), em texto sobre o retorno à História, seria exemplar, por, dentre outras coisas, colocar problemas a analistas do discurso sobre o próprio uso da noção de *acontecimento*. Em seu artigo, a partir de Foucault, Possenti (2009 [2004]) destaca as afirmações: (a) determinadas intervenções metodológicas poderiam dar novo sentido à noção de *acontecimento*; e (b) a condição para isso seria que a História abandonasse sua posição de disciplina que visa(va) à restituição de um passado total, frequentemente evolutivo e progressivo, e passasse a se ocupar das transformações efetivamente realizadas nas sociedades.

Para ilustrar uma das abordagens teóricas que permitiriam um novo tratamento da noção de *acontecimento*, Possenti (2009 [2004]) recupera em Foucault (2005 [1972]) o exemplo do estudo em série de arquivos comerciais do Porto de Sevilha, durante o século XVI, realizado pelo historiador francês Pierre Channu, em 1954. Segundo Foucault (2005 [1972]), conforme mobilizado por Possenti (2009 [2004]), o estudo serial dos arquivos comerciais do Porto de Sevilha desincumbiria o historiador da tarefa de desvendar o desenvolvimento econômico da Espanha. A tarefa seria estabelecer relações analíticas, a partir dos documentos disponíveis sobre o Porto, de tal a tal data, por meio de seu estudo em série. Em outras palavras, o objetivo passaria a ser o próprio estabelecimento de relações no interior da série documental. Desse modo, seria possível circunscrever *acontecimentos* mais e menos visíveis em diferentes durações históricas.

Segundo Possenti (2009 [2004]), em AD, um desdobramento da análise do *acontecimento* em série consistiria no fato de que o *acontecimento discursivo* não necessariamente ou exclusivamente se reduziria àquele de maior visibilidade, como a publicação de um editorial de jornal ou, no caso do presente trabalho, de um livro. Nesse sentido, ainda de acordo com o mesmo autor, segmentos mais amplos poderiam ser considerados um *acontecimento discursivo*, como o Estruturalismo, o Feminismo ou o Nacionalismo. Estratificados em diferentes graus de visibilidade e em maiores ou menores durações históricas, esses *acontecimentos* permitiriam discernir, por exemplo, quais “[...] elementos que, em um discurso, escapam de fato aos sujeitos e aqueles dos quais eles têm conhecimento, conforme pertençam a uma ou outra camada ou duração” (POSSENTI, 2009 [2004], p. 126) – desdobramento considerado especialmente interessante por Possenti (2009 [2004]), pois permitiria intervenções na noção de sujeito, sem que – acrescento eu – se vincule, de maneira estrita, o que o sujeito domina e o que lhe escapa ao fato de, respectivamente, ele fazer ou não fazer parte de uma determinada duração temporal.

No início desta seção, ao tratar da relação entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* de livros didáticos de português como *acontecimento discursivo*, cheguei a posições teórico-metodológicas que, embora com objetivos diferentes, encontram sustentação nos desdobramentos que, a partir do campo da AD, Possenti (2009 [2004]) sugere da obra de Foucault (2005 [1972]). Especialmente quanto às vantagens de uma concepção mais ampla de *acontecimento discursivo*, ou seja, uma concepção não necessariamente reduzida à primazia do *acontecimento discursivo* prototípico – como, por exemplo, a publicação de um livro – e cujos enunciados possam ser postos em série para capturar correlações sócio-históricas mais e menos visíveis na produção de sentido. Passo a explorar, portanto, as potencialidades de uma aceção mais ampla de *acontecimento discursivo*, com atenção particular ao uso de séries documentais como ferramenta metodológica para analisá-lo.

Considerando os textos de Foucault (2014 [1970], 2005 [1972]) como ponto de partida comum, esse avizinhamo teórico ao posicionamento de Possenti (2009 [2004]) não causa espanto. Por um lado, parto de um mesmo campo disciplinar para abordar o trabalho de Foucault, a AD. Por outro, apesar de tratar de dois textos diferentes do mesmo autor, eles estão temporalmente próximos e apresentam sugestões teórico-metodológicas, coincidindo, inclusive, no fato de que apresentam esboços de pesquisas futuras do próprio Foucault. Não é casual, portanto, que, em ambos, atribua-se um lugar decisivo às séries como ferramenta metodológica para a análise de *acontecimentos*.

Neste ponto, vale situar e definir a referência de fundo do método serial, a saber, a História serial, que, frequentemente, aparece associada à História quantitativa. Segundo Barros (2012), no quadro da escola dos *Annales*¹, o que se convencionou chamar de História serial e quantitativa rompe com a cronologia tradicional desse movimento, organizada em três gerações (cf. BURKE, 1992 [1990]), pois teria participado de todas elas, ora com mais, ora com menos força institucional. A História quantitativa teria aparecido logo nos primeiros anos do movimento e ganhado força durante a segunda geração dos *Annales*, período de centralidade da História econômica e demográfica. Ainda de acordo com Barros (2012), na terceira geração, a abordagem quantitativa perde força, mas os historiadores das mentalidades dão novo impulso ao método serial por meio da análise de documentos não quantitativos postos em série.

De definição intuitiva, a História quantitativa consiste no estudo de fenômenos históricos por meio da análise dos números disponíveis sobre determinado período/objeto, sejam os da economia, sejam os da demografia, sejam aqueles de outra natureza. Para analisar esses números, mobiliza-se todo tipo de ferramentas estatísticas e matemáticas, mais sofisticadas ou menos, a depender dos objetivos da pesquisa e, evidentemente, do grau de familiaridade que o pesquisador tenha com elas (cf. BARROS, 2012). Um exemplo de pesquisa em História quantitativa seria o estudo sobre o Porto de Sevilha, de Channu, citado por Foucault, cujos resultados permitiram discernir, grosso modo, períodos de crise e crescimento econômico em diferentes durações do tempo histórico. A História serial, por sua vez, consiste no estudo de fenômenos históricos por meio de documentos semelhantes postos em séries temporais mais ou menos longas, internamente homogêneas e não exclusivamente numéricas (cf. BARROS, 2012). Um exemplo seria o trabalho de Vovelle sobre o fenômeno de descristianização na Provença, durante o século XVIII, citado por Burke (1992 [1990]) em sua revisão historiográfica da escola dos *Annales*. Segundo Burke (1992 [1990]), Vovelle analisou cerca de trinta mil testamentos, visando, por exemplo, as referências feitas a santos padroeiros e os número de missas encomendadas para a salvação de almas. Desse modo, buscando regularidades nos documentos analisados, procurou detectar mudanças nas mentalidades quanto ao Cristianismo na Provença do século XVIII.

A propósito dessas definições, conforme argumenta Barros (2012), cabe observar que a quantificação pressupõe o uso de métodos seriais, mas nem sempre os métodos seriais pressupõem a quantificação. Dessa relação característica com os dados numéricos, mas não necessariamente definidora, emanam críticas ao método serial. Detenho-me em duas delas, apontadas por Barros (2012). A primeira seria a fetichização do número. Nesse caso, o estudo de um fenômeno histórico se converte em descrição de curvas e de progressão de dados. Fetichizados os números, o método serial não seria diferente em quase nada de uma História puramente factual, que, sem incursões críticas, teria por objetivo restituir e reproduzir o passado em sua integralidade. A segunda crítica ao método serial seria dirigida à crença de que as séries quantitativas dariam conta da totalidade de aspectos e idiosincrasias de um período ou de uma sociedade, o que, certamente, resulta numa análise limitada tanto das séries quanto do período ou da sociedade em questão.

Vale ressaltar que, embora Foucault (2014 [1970]) ateste a produtividade das séries em História, especialmente no que diz respeito à reabilitação do acontecimento, não seria estranho se historiadores não reconhecessem seus próprios procedimentos na apropriação que o autor faz dessa noção. Para Foucault (2014 [1970]), as séries fazem parte de um conjunto crítico de quatro noções que, na qualidade de exigências do método, informam a análise dos procedimentos da *ordem do discurso*. São as quatro noções: (i) o acontecimento; (ii) a série; (iii) a regularidade; e (iv) a condição de possibilidade. A cada uma dessas noções, opõem-se aquelas que, na História das Ciências, Foucault (2014 [1970]) chama de tradicionais: (i) ao acontecimento, opõe-se a criação; (b) à série, opõe-se a unidade; (c) à regularidade, opõe-se a originalidade; e (iv) à condição de possibilidade, opõe-se a significação. Sendo parte desse conjunto crítico, Foucault argumenta que as séries não devem ser compreendidas em termos de ordem de sucessão temporal ou simultaneidade em uma ou várias consciências, mas como *sistematicidades descontinuas*. Desse modo, elas admitiriam regularidades internas e descontinuidades externas, mas nunca a unidade. Com a noção de série, Foucault (2014 [1970]) defende um deslocamento das *representações supostamente existentes por trás dos discursos* para os *discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos*. Do ponto de vista teórico, esse deslocamento implicaria a assunção da “[...] engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*” (FOUCAULT, 2014 [1970], p. 56).

¹ Como sugere o próprio Barros (2012), ao mencionar desdobramentos da História serial-quantitativa nos Estados Unidos, haveria outras entradas para a História serial e, especialmente, para a História quantitativa. No entanto, oriento-me pela análise que Barros (2012) propõe desses campos no quadro dos *Annales*, pois essa escola historiográfica exerceu influência em Foucault e em teóricos da Análise do Discurso francesa.

Pode-se dizer, portanto, que, a despeito de ter sido desenvolvida no campo disciplinar da História, a noção de série é objeto de diferentes apropriações. Da apropriação de Foucault, passando pelas contribuições de Possenti quanto às possibilidades teóricas do método serial em AD, o percurso traçado neste artigo conduz a uma hipótese de trabalho para abordar as relações entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* de livros didáticos de português como *acontecimento discursivo*.

De acordo com Pêcheux (2014 [1975]), o *interdiscurso* não intervém como uma globalidade onipresente e de causalidade homogênea nas *formações discursivas*. Ao contrário, para esse autor, quando recupera Lacan, as metáforas que constituem o sentido (efeitos de substituição, paráfrases e formação de sinônimos) no seio de uma *formação discursiva* são determinadas por regiões específicas do *interdiscurso*. A partir dessa constatação, poderia se dizer, igualmente, que são regiões específicas do *interdiscurso* que atribuem consistência sócio-histórica ao entrecruzamento de enunciados de um *acontecimento discursivo*. Nesse caso, o *interdiscurso* não marcaria o *acontecimento* de modo global e em termos de uma causalidade mecânica (“o livro didático é X porque houve uma reforma educacional X no ano Y”). Ao contrário, marcaria o *acontecimento* de modo regionalmente específico em função das contradições presentes e destacadas na consistência do entrecruzamento dos enunciados do *acontecimento* (“O livro é X, a reforma é X, mas esta última repõe W. Assim, constrange/é constrangida de modo Y o/pelo livro analisado quanto ao aspecto Z”). Segundo penso, a análise serial de dados editoriais de livros didáticos de português permitiria o acesso regulado a tais regiões do *interdiscurso*, pois esses dados editoriais retomariam diferentes enunciados em deriva do referido *acontecimento*. Somado a isso, na sua qualidade serial, eles reporiem uma *prática regular e regulada* – mas nem sempre *contínua* – de registro e elaboração de determinados padrões de trabalho editorial, cuja existência marcaria uma relação entre empresa editorial, História e Sociedade.

A análise dos dados editoriais em série poderia levar, portanto, à consideração de aspectos menos abordados no estudo dos livros didáticos, que, justificadamente, costumam ser confrontados com enunciados vindos do campo político, educacional ou escolar. A depender da qualidade do *arquivo*, os dados editoriais em série enfatizariam, no *acontecimento discursivo* das relações entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* do livro didático, outros aspectos do seu exterior específico, como aqueles da economia e da edição. Naturalmente, na consideração desses aspectos, importam leis e reformas educacionais, prestígio, virtudes e defeitos de um livro. Esses outros aspectos permitem, porém, observar como os enunciados tradicionalmente considerados no estudo de livros didáticos entram em contradição incessante com aqueles relativos aos preços, aos direitos autorais e às condições materiais de produção de um impresso. Estes últimos enunciados distinguem justamente aspectos específicos de uma conjuntura histórica, social e econômica nem sempre visíveis – embora estejam presentes – no confronto com reformas ou políticas de Estado estritamente educacionais.

O *acontecimento* tem sua condição de possibilidade insinuada pelo seu exterior específico, razão pela qual não se confunde com o fato da publicação de um livro, pois o exterior específico não corresponde às condições imediatas de produção de uma linearização linguística (ou verbo-visual, no caso do livro didático). Desse modo, não se trata de somar economia, edição, leis e reformas, mas de, ao abordar esses diferentes enunciados, capturar contradições entre eles. Por exemplo, o que o papel utilizado na produção de um livro didático pode dizer sobre sua inserção na conjuntura histórica e econômica? E a sua variação de preço ao longo dos anos? Ela também concorreria para seu desaparecimento, como parecem concorrer as reformas educacionais? Ou indicaria uma postura da empresa editorial para se adequar às reformas? Fugindo de relações de causalidade, são questões como essas que, neste artigo, pretendo responder.

Por fim, há que se considerar a natureza dos enunciados a serem analisados. Na qualidade de registro sistemático, os dados editoriais em série que tematizarei neste artigo apresentam estatuto linguístico limitado, pois se reduzem, frequentemente, à repetição de uma palavra ou de um número. Por essa razão, de um ponto de vista linguístico-discursivo, um caminho possível seria confrontar esses dados com linearizações linguísticas presentes nos livros didáticos investigados. Deve-se, pois, privilegiar leituras do *arquivo* (GUILHAUMOU, 2009 [2006]) que incluam sequências discursivas do livro, mas que não se reduzam a elas. Nesse sentido, conforme sugere Guilhaumou (2009 [2006], p. 125), é importante lembrar que os gestos de leitura do *arquivo* “atualizam configurações significantes” sem necessariamente se reduzir à descrição lógico-formal (sintática) dos enunciados atestados por ele.

Em certa medida, para o analista, trata-se de uma constante tentativa de superar suas limitações diante do objeto histórico que se esquivava da análise linguística.

3 AS FICHAS DE EDIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE PORTUGUÊS DO ACERVO DA CEN

Realizei minha primeira visita ao Centro de Memória e Pesquisa Histórica (CMPH), da Universidade Federal de São Paulo, *campus* de Guarulhos (SP), em dezesseis de março de 2018. Nessa primeira visita, tomei contato com os documentos então catalogados e disponíveis para consulta, incluídos documentos administrativos, contratos, correspondências etc. Dentre esses documentos, havia as *fichas de edição*. Essas *fichas* registram, sistematicamente, um conjunto significativo de dados editoriais dos livros publicados pela editora, dentre eles, o número de edição, a data de edição, a tiragem, a porcentagem de direitos autorais concedida ao autor etc.

Trabalhei primeiramente com *fichas* de livros didáticos de português destinados ao primeiro ciclo do ensino secundário (atual Ensino Fundamental – Anos Finais). Em visitas realizadas entre março e maio de 2018, produzi 711 digitalizações de *fichas de edição* de livros de português destinados a esse nível de ensino. Durante minha pesquisa de mestrado, organizei e tabulei 393 dos 711 documentos digitalizados².

Em março de 2019, retornei ao acervo e produzi mais 150 digitalizações de *fichas de edição* de livros didáticos de português, desta vez destinados ao segundo ciclo do ensino secundário (atual Ensino Médio). Esses 150 documentos foram organizados e tabulados para o início da pesquisa de doutorado, ainda em andamento. Ao todo, entre 2018 e 2019, produzi 861 digitalizações de *fichas de edição* de livros didáticos de português destinadas ao ensino secundário, sendo que 543 desses documentos já estão organizados e tabulados.

Em função da natureza sistemática das *fichas de edição*, a abordagem serial, apresentada na seção anterior, torna-se particularmente produtiva, porque as *fichas* são um registro regular de parte da atividade de produção editorial da CEN. Segundo Beda (1987, p. 257), “Luiz Roberto [Malta] mantinha em dia os livros de registros das edições e cuidava do fichário onde eram assentados os dados de cada obra”. O autor não informa o período durante o qual Malta foi responsável por essas *fichas*. Contudo, no acervo, no caso dos livros de português, encontrei *fichas* registrando o período de 1934 a 1980. Sem me deter na organização de pessoal da editora, com essa menção a um funcionário específico, enfatizo que a produção de *fichas* era uma prática *regular e regulada* na empresa, cuja importância exigia que houvesse funcionários responsáveis pela sua realização. Muito provavelmente, ao longo dos anos, diferentes pessoas se dedicaram a essa tarefa, mas, em toda a existência da CEN, as *fichas de edição* foram produzidas.

As diferentes *fichas* encontradas permitiram distinguir dois modelos de registro. O primeiro, produzido de 1934 a meados de 1943. O segundo, de meados de 1943 a 1980. Na Figura 1, exibo a reprodução de uma *ficha* correspondente ao modelo que vigorou entre 1934 e 1943. No cabeçalho da *ficha*, ao centro, tem-se o departamento responsável (o Editorial), com indicação do nome da editora (da Companhia Editora Nacional) e da cidade (São Paulo). À esquerda, tem-se o estágio de produção (em preparo, no cofre, tradução, prelo). À direita, datas relativas à produção do livro (edição, primeiro exemplar entregue e número).

² Essa organização consiste em nomear cada um dos arquivos digitalizados com o sobrenome e o nome do autor, o título do livro e o ano de referência da ficha. A tabulação dos documentos foi feita por meio da transcrição dos dados editoriais e das marcas presentes nas fichas para planilhas do *LibreOffice*, organizadas por título de livro.

Em preparo	No Cofre	DEPARTAMENTO EDITORIAL	Edição 1936	N.º 1263/52
„ tradução	„ Prelo	DA COMPANHIA EDITORA NACIONAL	1.º expl. Entregue em	7/3/1936
SÃO PAULO				
Serie	II - Livros Didáticos da B.P.B.		Vol.	57
Original N.º			Rec. em	/ /
Titulo da obra:	GRAMÁTICA MODERNA DO IDIOMA NACIONAL		Edição	Primeira
Autor	Paulo de Freitas		Numerada?	Sim
Direitos:	10%	Portador: o autor	End.:	R. Traipês, 19 - S.P. 5-3942
Original pertencente a	o autor		Aprov. por	
E' tradução	Titulo original:		cl pgs.	
Tradutor:			End.:	
Autorização dada em:	Aprov.		Cr. ou Pgt.	
Revisão:	Ortographia nova		Provas c/: todas c/ autor	
Capa:	Ilustrações texto: 12 de J.U. Campos			
Desenhos:	a 35\$	Rs. 420\$	Pgt.	26/11/1935
Tiragem:	4.500	expls. Formato: 80 x 110	Vol.	160
Papel:	Preço de venda - Vol. br.: 57		pgs. Acab.: Cart.	
Originaes com as officinas da	REVISTA DOS TRIBUNAES		E'poca prov. sahida:	
			Entregue em: Jan 1936	

Figura 1: Ficha de edição de 1936

Fonte: CMPH/Unifesp

No anverso, o corpo da *ficha* apresenta quarenta campos, em sua maioria preenchidos com máquina datilográfica. Alguns campos específicos (edição, datas etc.) podem ser preenchidos ou corrigidos à tinta. Como se pode observar na Figura 1, nem todos os campos estão preenchidos. Certamente, porque alguns deles não se aplicam aos livros de português, como “tradutor” ou “título original”, relevantes somente para obras traduzidas. Os campos relevantes, por sua vez, permitem observar que o trabalho de preenchimento envolvia a distinção tácita de campos *pertinentes, sempre preenchidos*, tais como as datas do cabeçalho, a série, o título, o autor, os direitos autorais, em detrimento de outros que eram *pertinentes*, como endereço de autores e tradutores, data de vista das provas, ilustração e desenho, mas *nem sempre preenchidos* ou preenchidos somente na *ficha* de primeira edição. Constatase, portanto, que o preenchimento das *fichas* obedece a uma regularidade, a saber, a aplicação do critério de pertinência.

Desse modo, pode-se supor que o preenchimento das *fichas* era uma *prática regular* cujas regras de preenchimento eram determinadas menos pela utilidade dos campos e pela ação individual de certos funcionários e mais pela própria regularidade da prática na editora, que impunha o preenchimento segundo o critério de pertinência. A *regularidade* dessa *prática* determina, portanto, aqueles campos que produzem a consistência histórica da prática editorial da CEN ao mesmo tempo em que essa regularidade é registrada e constituída.

A regularidade no preenchimento das *fichas de edição*, ao apontar para uma prática editorial, permite também considerar uma *prática discursiva* própria da CEN. Neste ponto, procuro me aproximar da noção de *prática discursiva*, presente em Foucault (2008 [1969]), em Maingueneau (2005 [1984]) e nos estudos sobre o mercado editorial contemporâneo, que, filiados a este último autor, foram realizados por Salgado (2007). Em Foucault (2008 [1969], p. 133), parece-me pertinente o sentido de “regras anônimas” e “históricas” atribuído à noção de *prática discursiva*. Em Maingueneau (2005 [1984], p. 142), interessa-me a sua afirmação de que “[...] os objetos semânticos que manipulamos nos sistemas de restrição não são reservados *a priori* apenas às unidades da língua”. Desse modo, esses sistemas de restrição identificados por Maingueneau (2005 [1984], p. 142) atuam, também, no que o autor chama de “ambiente enunciativo imediato” e “ambiente institucional”. A imbricação entre “aspectos textuais e não textuais” conduziria, portanto, à noção de *prática discursiva* (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 143). Mais adiante, explorarei algumas das contribuições de Salgado (2007) sobre o mercado editorial como *instituição discursiva*.

das *fichas* a partir das práticas, o modelo de *ficha* proposto em 1943 permaneceu o mesmo até 1980, quando a CEN encerrou as suas atividades.

A análise das *fichas* permite, portanto, fazer pelo menos duas observações. Em primeiro lugar, o fato de que, se sempre houve a produção *fichas*, elas não necessariamente respondiam a um regime exclusivo de continuidade, pois estavam submetidas às imposições das práticas da editora, que, embora sejam regulares, não são lineares, comportando, por isso, pontos de ruptura, como aqueles marcados nos seus grafismos e modos de configuração visual. Em segundo lugar, o fato de que, em ambos os modelos de *fichas* detectados, estão presentes dois tipos de campos de preenchimento: (i) os *pertinentes, sempre preenchidos*; e (ii) os *pertinentes, nem sempre preenchidos*. Para uma abordagem serial dessa documentação, desde que se inclua também o não preenchimento dos campos *nem sempre preenchidos* como parte da série, os dois tipos de campos são relevantes, já que pertencem à mesma regularidade: a aplicação do critério de pertinência. Vale notar que ambos são relevantes, mas de modos diferentes. Os *pertinentes nem sempre preenchidos* são relevantes por registrarem eventos *extraordinários* na produção de um livro (*descontinuidades?*). Tomo como exemplo o registro da produção da capa. Esse dado costuma ser preenchido somente na *ficha* de primeira edição. No entanto, ao reaparecer numa *ficha* posterior, pode marcar um novo projeto da editora para o livro. Os campos *pertinentes sempre preenchidos* são, por sua vez, relevantes por permitirem a apreensão de certas continuidades por meio da análise de dados registrados durante períodos mais ou menos longos e de preenchimento constante. Tomo como exemplo a tiragem. O seu registro constante permite discernir apostas da editora para a recepção de um livro num dado intervalo de tempo.

Feitas essas observações, passo à análise das *fichas de edição* de um livro específico, *O nosso idioma: curso elementar*, de Paulo de Freitas, observando tanto as séries dos campos *pertinentes sempre preenchidos* quanto as dos *pertinentes nem sempre preenchidos*.

4 O NOSSO IDIOMA, DE PAULO DE FREITAS

O conjunto de *O nosso idioma*, de Paulo de Freitas, começou a ser publicado em 1936, como parte da segunda série, destinada aos livros didáticos, da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* (BPB)⁴, então dirigida por Fernando de Azevedo. Entre janeiro de 1936 e janeiro de 1938, publicaram-se os cinco volumes do conjunto: *O nosso idioma: curso elementar*, em 1936, no qual me detenho no presente trabalho; *O nosso idioma: morfologia*, também em 1936; *O nosso idioma: sintaxe geral*, em 1937; e *O nosso idioma: sintaxe das categorias gramaticais*, em 1938.

O pertencimento à segunda série da BPB fornece as coordenadas gerais da publicação. Segundo Dutra (2004), nas décadas de 1930 e 1940, por meio de sua política de coleções, especialmente por meio da *Coleção Brasileira*, quinta série da BPB, a CEN promoveu uma “dupla fundação”: por um lado, de um novo padrão editorial no mercado brasileiro de livros, distinguível pela padronização técnica e mercadológica imposta pela editora; por outro, de um nacionalismo cultural, que encontrava campo fértil no Brasil dos anos de 1930 e 1940. Nesse período, de acordo com a mesma autora, as elites intelectuais brasileiras tinham o livro como suporte material prioritário para a formação da identidade nacional e para a promoção de reformas no campo educacional, de modo que “[...] a ação da Nacional, por mais profissional que ela fosse, assegurou, de forma inequívoca, o vínculo entre a política editorial da Companhia, o nacionalismo cultural e o reformismo pedagógico” (DUTRA, 2004, p. 21).

Nesse sentido, é pertinente lembrar que, conforme mostra Toledo (2001, p. 124), ao analisar a *Coleção Atualidades pedagógicas*, a terceira série da BPB, Fernando de Azevedo, na qualidade de editor responsável pela *Atualidades* e pela BPB como um todo, ofereceu aos leitores da coleção “uma cultura pedagógica específica”. Essa cultura pedagógica se voltava para a literatura proveniente das reformas educacionais dos anos de 1920 e para os intelectuais-educadores ligados a elas, como Sampaio Dória, Anísio Teixeira, o próprio Fernando de Azevedo e outros. Desse modo, segundo Toledo (2001), entre 1930 e 1940, Azevedo utilizou a coleção como um espaço político para defender um projeto para a educação nacional.

⁴ Fundada em 1931, a BPB contava com cinco séries: 1. Literatura infantil; 2. Livros didáticos; 3. Atualidades pedagógicas; 4. Iniciação científica; e 5. Brasileira.

Conforme afirmei anteriormente, *O nosso idioma* fazia parte da BPB, mas de uma série (a de livros didáticos) cuja participação nas questões sociais, políticas e culturais era menos explícita do que naquelas estudadas por Dutra e Toledo. Vale observar, porém, que a esquivia da polêmica direta não implica que os livros didáticos ignorassem essas questões. Muito pelo contrário. O livro didático tende a apresentar os saberes como consensuais, mesmo que eles estejam em disputa. Desse modo, esse tipo de impresso trabalharia para a disseminação teórica e prática de posições ainda em disputa sobre essas mesmas polêmicas, pois as apresentariam como saberes “acabados” e, portanto, “ensináveis”. Nesse sentido, é oportuno retomar a noção de *instituição discursiva*, de Maingueneau (2006 [2005]), tal como foi assimilada por Salgado (2007) quando essa autora concebe o mercado editorial brasileiro como uma *instituição discursiva*, ou seja, como uma imbricação de *práticas discursivas* que produzem uma instituição e são produzidas por ela. Dessa instituição, fariam parte todos os enunciados que, tratando de certos temas e adotando certos procedimentos, constituem práticas sistemáticas e identificáveis por sua coesão, como as *fichas de edição*, os próprios livros de uma editora e os diferentes tipos de recepção que esses livros possibilitam. Pode-se dizer, portanto, que, sendo integrante de uma das séries da BPB, *O nosso idioma* constitui e é constituído pelo discurso instituído pela *Biblioteca*. Esse fato importa, pois o posiciona quanto a eventos sociopolíticos repostos no acontecimento da relação entre suas instâncias de *produção, circulação e recepção*⁵.

Não é difícil perceber que o pertencimento à BPB reforça a expectativa, já presente em *O nosso idioma*, de que ele faria parte do grupo daqueles interessados em reformar a educação. Nos prefácios de diferentes volumes do conjunto, Freitas procura, constantemente, ressaltar sua associação com o que haveria de mais moderno no campo educacional. No volume dedicado à *Morfologia*, por exemplo, datado de 1936, o autor enfatiza a suposta novidade de sua proposta de ensino de língua materna, “[...] talvez a primeira tentativa que se faz em nosso país, de acordo com os mais modernos métodos de ensino das línguas vivas” (FREITAS, 1937 [1936], p. VII). Sem entrar no mérito do seu grau efetivo de inovação, pode-se dizer que, explicitamente, *O nosso idioma* buscava se alinhar às expectativas da *Biblioteca* dirigida por Fernando de Azevedo. Com esse alinhamento explícito, o conjunto de livros referendava o projeto pedagógico renovador encampado pelo editor e por setores da própria CEN e, na qualidade de objeto gráfico-material, garantia sua existência.

No entanto, o alinhamento ao projeto de Azevedo não demorou a se converter em um problema potencial para o conjunto de *O nosso idioma*. Segundo Toledo (2001), no Estado Novo, a oposição ao projeto educacional de Azevedo, que, desde o início dos anos de 1930, era liderada por grupos católicos, intensificou-se com o recrudescimento autoritário do governo Vargas. Nesse momento, “[...] o prestígio da Coleção [*Atualidades pedagógicas*] é atingido juntamente com o prestígio de Azevedo” (TOLEDO, 2001, p. 182). Segundo a mesma autora, politicamente encurralado, Azevedo passa a receber pedidos de autores para que seus livros fossem retirados da Coleção sob sua responsabilidade. Embora as consequências dos entraves políticos de Azevedo se mostrem com mais clareza nas séries da BPB cuja polêmica educacional era o carro-chefe, como a *Atualidades pedagógicas*, estudada por Toledo (2001), é possível supor que o ímpeto reformador que (auto)alavancava *O nosso idioma* pudesse se transformar numa qualidade indesejada, tanto do ponto de vista da presença no mercado editorial quanto da associação político-ideológica determinada pelo projeto de país e de educação instituído pela BPB.

No campo das políticas educacionais, com a consolidação da ditadura do Estado Novo, a imposição da Reforma Capanema, em 1942, foi um revés significativo para muitos dos livros didáticos da CEN, inclusive para *O nosso idioma*. Publicado em 1936, ele se organizava em função da Reforma Francisco Campos (1931), que dividia o ensino secundário em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos de duração, e o complementar, de dois anos de duração. Com a Reforma Capanema, o primeiro ciclo do secundário passou a ter quatro anos de duração e o segundo ciclo passou a ter três anos de duração. Naturalmente, esse rearranjo significou, também, mudanças nos programas das disciplinas. Segundo Hallewell (2017 [1982]), foi concedido às editoras um prazo de quatro meses para adequarem os livros didáticos à Reforma Capanema. O autor lembra que, para a CEN, isso “[...] significava a revisão drástica e imediata de não menos de quarenta títulos” (HALLEWELL, 2017 [1982], p. 408-409), dentre os quais, *O nosso idioma*.

⁵ Segundo Moraes (2017), nem todos os livros didáticos da BPB foram escolhidos por Fernando de Azevedo. Alguns deles representavam perspectivas didáticas já “ultrapassadas” e criticadas por atores do campo educacional, mas ainda eram rentáveis para a CEN e, portanto, publicados. Não foi possível determinar se o próprio Azevedo recomendou a publicação de *O nosso idioma*. Contudo, parece ter havido uma confluência desejável de expectativas, pois, explicitamente, Freitas procura se associar a um reformismo pedagógico.

A partir do entrave que, em 1942, a Reforma Capanema representou para a CEN, acredito que seja possível recorrer aos dados editoriais em série das *fichas de edição* para analisar o *acontecimento discursivo* das relações entre as instâncias de *produção, circulação e recepção* de *O nosso idioma: curso elementar*.

O nosso idioma, em sua versão como *curso elementar*, circulou entre 1936 e 1950 e, nesse período, foram produzidas, com os seus dados, quinze *fichas de edição*. Diferentemente dos volumes de *Morfologia, Sintaxe Geral e Sintaxe das categorias gramaticais*, ele não sofreu grandes modificações em função da Reforma Capanema, como indica Freitas (1950 [1936], p. 7, grifos meus) em prefácio de outubro de 1943: “O presente volume [o *Curso elementar*] é o primeiro de uma série, **ora modificada para atender ao novo plano de ensino**. É o único, portanto, que se **conserva tal como publicado em sua primeira edição**, em 1936”. Os volumes de *Morfologia, Sintaxe Geral e Sintaxe das categorias gramaticais* foram descontinuados e reeditados como volumes duplos destinados um à primeira e à segunda séries ginásiais e outro à terceira e à quarta séries ginásiais. As edições em volumes duplos foram a público, respectivamente, em dezembro de 1943 e em abril de 1944, ou seja, quase dois anos depois da promulgação da Reforma Capanema. As *fichas de edição* indicam que esse novo formato teve somente três reedições, com espaço considerável de tempo entre uma e outra, o que sugere uma recepção pouco expressiva. O *Curso elementar*, por sua vez, teve maior sucesso e foi reimpresso quase anualmente, atingindo dezessete edições.

Segundo consta nas *fichas*, nos anos de 1943 e 1944, as edições do *Curso elementar* foram impressas, respectivamente, nos meses de fevereiro e janeiro. Como o prefácio do autor para a nova versão data de outubro de 1943, pode-se supor que a edição “atualizada” do *Curso elementar* só foi posta em circulação em janeiro de 1944, mesmo tendo sofrido poucas modificações na capa e no miolo e, se assumirmos as palavras do autor, nenhuma no “conteúdo”. Isso significa que, ultrapassando largamente os quatro meses de prazo impostos pelo Ministério da Educação, *O nosso idioma: curso elementar* levou um ano e oito meses para se ajustar às disposições da Reforma Capanema, datada de abril de 1942.

O atraso na republicação de *O nosso idioma: curso elementar* (e dos demais volumes do conjunto) permite levantar algumas hipóteses: (1) haveria uma leniência do Estado em relação à editora, pois, aparentemente, o atraso foi tolerado; (2) ao mesmo tempo, haveria uma confiança da editora em seu público preferencial, que daria saída ao(s) livro(s) “atrasado(s)”; e, por fim, (3) é possível supor que a CEN teria priorizado a republicação de certos livros (talvez aqueles de sucesso garantido) em detrimento de outros (os que geravam menos expectativa comercial), uma justificativa possível para o fato de o *Curso elementar* ter levado quase dois anos para ser relançado. Esta última hipótese ganha força quando se recupera a afirmação de Moraes (2017) de que, possivelmente, a CEN teria informações privilegiadas e antecipadas sobre a Reforma Capanema, razão pela qual, em alguns casos, a editora conseguiu cumprir prazos exíguos. Com informações privilegiadas, esse tipo de manobra que prioriza a revisão de certos livros em detrimento de outros se torna ainda mais plausível.

De acordo com Moraes (2017), a partir de 1943, a CEN atualizou as capas de seus livros didáticos, dentre outras razões, para criar uma identidade visual entre eles e a Reforma Capanema. Essa pronta mudança das capas fortalece a interpretação de que a editora teria informações privilegiadas. No caso de *O nosso idioma: curso elementar*, a mudança das capas está registrada na *ficha de edição* de 1944. Nos registros das primeiras edições, no campo dedicado à capa, as *fichas* marcam “da coleção”, fazendo referência à tradicional capa da segunda série, de livros didáticos, da BPB. Em 1944, nesse mesmo campo, registra-se “Rubens – Letras”, provavelmente fazendo referência a Rubens de Lima, então responsável pelo Departamento de Produção da CEN. Depois disso, até 1950, ano da última edição do livro, esse campo deixa de ser preenchido.

Vale observar que, se assumirmos a hipótese de Moraes (2017) de que as mudanças de capa procuravam identificar livros republicados com a nova reforma de ensino, pode-se distinguir uma tentativa de, visualmente, associar o *Curso elementar* à nova reforma de ensino e, sutilmente, afastá-lo de possíveis associações à BPB, cujos índices gráficos aparecem discretamente na lombada e com um pouco mais de destaque na folha de rosto do livro. Desse modo, a republicação garantiria duas vantagens imediatas. Em primeiro lugar, a associação direta com a nova reforma. Em segundo lugar, um distanciamento sutil de figuras renomadas cujos projetos encontravam, porém, resistência no Estado Novo, como Fernando de Azevedo, já afastado da BPB, mas com influência no meio educacional.

É possível, portanto, classificar *O nosso idioma: curso elementar* como uma aposta de baixas expectativas, pois, apesar de ter tido o seu projeto gráfico atualizado (nova capa, novo prefácio etc.) e ter sido republicado, provavelmente não foi um dos primeiros da fila, já que levou quase dois anos para ser posto em circulação nos termos da Reforma Capanema.

Detenhamo-nos em dados específicos. Conforme já mencionado, no conjunto das *fichas de edição*, há *campos* de preenchimento *pertinentes, sempre preenchidos e nem sempre preenchidos*. Dentre os *sempre preenchidos*, é possível distinguir dois tipos de dados: de um lado, dados invariáveis, aqueles que apresentam invariabilidade em todo o período de publicação do livro e, de outro, dados variáveis, aqueles que, embora de preenchimento regular, sofrem alterações mais ou menos significativas. Dentre os primeiros tipos de dados, estão o formato do livro (80 x 110), o papel utilizado para impressão (*Buffon*), o acabamento (cartonagem) e a porcentagem dos direitos autorais concedida ao autor (10%). Dentre os segundos, estão a tiragem, o preço, a qualidade do papel, a oficina impressora, os valores de direitos autorais efetivamente pagos e os exemplares destinados à propaganda.

Dentre os dados invariáveis, é fácil discernir que eles são referentes ao processo de *produção* dos livros e contemplam elementos cuja invariabilidade garantiria a padronização técnico-editorial imposta pela CEN ao mercado brasileiro de livros, fato constatado em diversas pesquisas já na década de 1980 e frequentemente revisto e aprofundado com novos dados⁶. Pode-se afirmar que, ao mesmo tempo em que registram esse padrão, as *fichas* ajudariam a construí-lo (cf. MAINGUENEAU, 2006 [2005]; SALGADO, 2007), pois fariam parte dele na condição de *prática regular e regulada* da editora. Mais do que uma simples forma de organização da rotina dos Departamentos Editorial e de Produção, as *fichas* podem ser consideradas uma forma de imposição do padrão editorial da CEN a partir do seu interior (a prática profissional regulada), que só ganha sentido em relação ao seu exterior específico (as condições sócio-históricas e sociopolíticas que regulam as práticas profissionais).

Para analisar como as *fichas* registram e, ao mesmo tempo, ajudam a construir o padrão editorial da CEN, tomemos o caso do papel utilizado na impressão do *Curso elementar*. Desde sua primeira edição, *O nosso idioma: curso elementar* foi impresso em *Buffon*, ora de segunda, ora de terceira. Esse fato não causa espanto, pois o *Buffon* era um dos papéis mais utilizados na indústria do livro dos anos de 1930 e 1940 (KOSHIYAMA, 2006 [1982]), por ser de baixo custo, por ser resistente, por ter boa espessura e por ser apropriado para a impressão tipográfica (BEDA, 1987). Nesse caso, a variação seria na qualidade do papel, sendo o *Buffon* de terceira mais espesso e quebradiço do que o de segunda. É importante observar, porém, que Dutra (2004, p. 10), ao analisar o texto de apresentação do *Catálogo de livros escolares de 1936*, da CEN, revela que os cuidados com a qualidade física do papel faziam parte do esforço da editora em sua busca por uma “perfeição editorial” e por uma “nova consciência pedagógica” na relação com os livros. Em função dessa dupla busca, no *Catálogo*, descreve-se qual tipo de papel seria o mais adequado à leitura. Desse modo, em princípio, pode-se justificar o esforço de manutenção do mesmo tipo de papel pela sua disponibilidade e pela sua regularidade de uso no mercado papeleiro nacional que, nesse período, não era nada pacífico. No entanto, ao mesmo tempo, nota-se o esforço de garantir uma padronização editorial (a da autoproclamada “perfeição editorial”) e uma relação específica com os livros (a da “nova consciência pedagógica”), que encontra campo fértil na construção de um “nacionalismo cultural” (DUTRA, 2004).

Vale uma menção a respeito do mercado de papel dos anos de 1930 e 1940. Partamos da variação apresentada por *O nosso idioma: curso elementar*, entre *Buffon* de segunda e de terceira. A primeira impressão com *Buffon* de terceira acontece em 1938, mantendo-se até a última edição do livro, em 1950. Segundo Koshiyama (2006 [1982]), entre 1939 e 1942, houve um aumento significativo de preço nos dois papéis mais utilizados pela indústria do livro, o *Buffon* e o Acetinado. A esse respeito, a mesma autora recupera o relato de Nelson Travassos, que, em artigo ao Estado de São Paulo, em 1944, afirmou que, para garantir a impressão a preços razoáveis, devia-se imprimir em *Buffon* de terceira ou papel jornal grosso (KOSHIYAMA, 2006 [1982]). Na iminência do aumento do preço do papel, não parece casual a opção que a CEN faz pelo *Buffon* de terceira na impressão de *O nosso idioma: curso elementar*. Ao optar pelo papel de pior qualidade, a CEN equilibrava na balança o padrão editorial imposto por ela própria e algumas das condições de circulação do seu produto (valor de venda, margem de lucro, prestígio da empresa). Esse seria um dos modos por meio dos quais as *fichas* se dissimulam em mero registro quando, na verdade, ajudam a construir o padrão editorial da CEN, pois, ao indicar o tipo de papel utilizado (registro), supõem como exterior específico as condições sócio-históricas e sociopolíticas do mercado papeleiro de então (construção histórica do padrão editorial), dando materialidade à variação do registro do tipo de papel.

⁶Cf. Koshiyama (2006 [1982]), Beda (1987), Toledo (2001), Dutra (2004) e Moraes (2017).

Os dados variáveis, por sua vez, permitem discernir alguns elementos da *circulação* e da *recepção* do *Curso elementar*. Esses dados sugerem estratégias adotadas para lidar com um maior ou um menor impacto da obra. Um exemplo bastante simples seria a tiragem. É de esperar que um livro de *circulação* consistente e *recepção* positiva resulte em tiragens altas e constantes. No caso do *Curso elementar*, a tiragem média é de 5.720 exemplares por edição, o que, para um livro didático, não seria exatamente uma aposta arriscada. Desse modo, por outra via, confirma-se sua já mencionada condição de azarão editorial.

Os dados sobre os exemplares destinados à propaganda são particularmente interessantes para se sugerir algumas hipóteses sobre a expectativa da CEN quanto à *circulação* e à *recepção* desse livro. Em 1936, à ocasião da primeira edição do *Curso*, numa tiragem de 4.500 exemplares, foram destinados quinhentos deles para propaganda. Essa estratégia parece ter surtido efeito, pois, no mesmo ano, foram feitas duas reimpressões com tiragem de, respectivamente, 4.100 e 6.100 exemplares. Entre 1937 e 1939, manteve-se, por edição, um ritmo de cem exemplares destinados à propaganda. Nesse momento, tratava-se de uma estratégia segura, pois, supostamente, depois do sucesso da primeira edição, já haveria algum público garantido, de modo que a expansão dessa clientela seria um risco calculado. Entre 1940 e 1942, o ritmo das reimpressões diminuiu, sendo que, em 1940, houve edição, mas não houve exemplares destinados à propaganda; em 1941, não houve reedição; e, em 1942, houve nova reedição, com duzentos exemplares destinados à propaganda. Em 1943, no ano seguinte à Reforma Capanema, houve uma última reimpressão, sem exemplares destinados à propaganda. Em 1944, atualizado, o *Curso* foi republicado e foram destinados duzentos exemplares à propaganda, o que acontece novamente em 1945. Depois disso, embora o livro tenha tido mais quatro reedições até 1950, não houve mais exemplares destinados à propaganda.

Os dados mostram que, na década de 1930, o livro era uma aposta da editora, o que justifica os seiscentos exemplares destinados à propaganda em 1936 (quinhentos da primeira edição e mais cem da segunda), mas, na década de 1940, sobretudo após a Reforma Capanema, nota-se que o *Curso*, apesar de ter uma tiragem média, consolida-se como azarão editorial, sem grandes possibilidades de expansão de público. Pode-se supor, portanto, uma curva descendente na sua *circulação* e *recepção*. Uma hipótese para justificar sua *circulação* e *recepção* decrescente seria o fato de que, nos anos de 1940, no projeto editorial da CEN, começaram a surgir livros já produzidos em função da Reforma Capanema, como *Português para o ginásio*, de José Cretella, que viria a ter grande expressão nos anos de 1940 e 1950.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, em termos próximos do que defende Possenti (2009 [2004]), aproximei o conceito de *acontecimento discursivo*, da Análise do Discurso francesa, do método serial de análise de documentos, procedimento metodológico da História, para propor uma análise das condições sócio-históricas de emergência e permanência de livros didáticos de português. Com essa aproximação entre Análise do Discurso e História, procurei não perder de vista as limitações às quais estou submetido. Destaco duas delas: (i) o fato de que não sou historiador e, portanto, faço uso dos procedimentos dessa disciplina como quem olha de fora e busca se aproximar com cautela; e (ii) o fato de que o material analisado – as *fichas de edição* –, a depender do livro que é posto em análise, apresenta séries temporalmente não tão longas, o que poderia parecer estranho a um historiador, mas que, nesse caso, não chegou a representar um problema.

Os resultados obtidos mostram que, ao abordar um livro didático por meio da noção de *acontecimento discursivo* nos termos aqui defendidos, é possível afastar leituras mecanicistas de sua emergência e permanência sócio-históricas. Em outras palavras, de saída, a operação teórico-metodológica que orientou a análise impede que se estabeleçam relações do tipo “Um livro é/não é X em função da reforma Y do ano Z”. Em seu lugar, impõe-se uma abordagem histórica não linear – mas que não ignora a função organizativa da linearidade – e não causal do tipo “O livro é X, a reforma é X, mas esta última repõe W. Assim, a reforma constrange/é constrangida de modo Y o/pelo livro analisado quanto ao aspecto Z”. Essa abordagem se sustenta no funcionamento discursivo das *fichas de edição* que, sendo parte de uma *instituição discursiva*, aquela representada pelo mercado editorial (SALGADO, 2007), permitem discernir relações plausíveis entre as instâncias de *produção*, *circulação* e *recepção* do *acontecimento discursivo* de que fazem parte os livros didáticos e os movimentos sócio-históricos e sociopolíticos a que eles estão submetidos. Finalmente, os dados

em série das *fichas de edição* funcionam como um ponto de entrada específico para acessar a matéria sócio-histórica que informa o *acontecimento discursivo* posto em análise.

Ainda a propósito dos resultados obtidos, cabe mencionar aspectos específicos das *fichas de edição*. Dentre eles, a distinção de dois modelos de *fichas*, que, em seus respectivos períodos – entre 1934 e 1943 e entre 1943 e 1980 –, responderam às práticas da editora; e a distinção entre dois tipos de campos de dados nos modelos de *fichas* referidos, os *pertinentes, sempre preenchidos* e os *pertinentes nem sempre preenchidos*, sendo que os primeiros, embora sempre preenchidos, podem apresentar dados *invariáveis* (repetição do mesmo tipo de informação) e *variáveis* (variação do mesmo tipo de informação). Segundo penso, a delimitação do funcionamento das *fichas* dá acesso a uma abordagem serial que não se reduz ao estabelecimento de séries homogêneas e lineares, mas que, ao contrário, permite acessar a matéria sócio-histórica que informa um *acontecimento discursivo*.

Ao final deste trabalho, a expectativa é de que o tratamento teórico-metodológico proposto possa oferecer pelo menos três contribuições para o estudo do livro didático. Em primeiro lugar, no plano teórico-metodológico, a contribuição se voltaria para a compreensão e análise histórica do *acontecimento discursivo*, não identificado ao livro didático ou ao ato de sua publicação, mas tomado como a relação entre as instâncias de *produção, circulação e recepção*, condições que, a partir de diferentes temporalidades, determinam seu caráter material, forma de existência que – mais que o objeto livro como dado corpóreo – interessa investigar quando se adota uma perspectiva aplicada de base discursiva. Em segundo lugar, nos planos discursivo e histórico, a contribuição recairia sobre como se situar diante de um documento num *arquivo*. No caso em questão, a contribuição incidiu na compreensão do funcionamento das *fichas de edição* disponíveis no acervo da CEN, documento ainda pouco explorado. Por fim, haveria uma contribuição em curso para o estabelecimento de aproximações entre a Análise do Discurso e a História, por meio da redefinição de noções e sua articulação ao conjunto teórico da área.

REFERÊNCIAS

- BEDA, E. *Octalles Marcondes Ferreira: formação e atuação do editor*. 1987. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- BARROS, J. A história serial e história quantitativa no movimento dos *Annales*. *História Revista*, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5216/hr.v17i1.21693>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21693>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução de N. Odália. São Paulo: Unesp, 1992 [1990].
- DUTRA, E. Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFF/LIHED/FCRB, 2004. p. 1-22. Disponível em: <https://bit.ly/36Z1Nxu>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- FREITAS, P. *O nosso idioma: curso elementar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950 [1936].
- FREITAS, P. *O nosso idioma: antologia e gramática aplicada. Morfologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937 [1936].
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de L. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de L. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014 [1970].

FOUCAULT, M. Retornar à história. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II*. Tradução de E. Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1972]. p. 282-295.

GUILHAUMOU, J. Do acontecimento discursivo à narrativa do acontecimento. In: GUILHAUMOU, J. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução de V. Sargentini. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009 [2005]. p. 123-151.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de S. Lagazzi e J. Horta. Campinas: Unicamp, 2014. p.169-190.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de M. Villalobos *et al.* São Paulo: EdUSP, 2017 [1982].

IMBRUNIZ, C. Elementos para uma memória discursiva do ensino de escrita: livros escolares de português (1930-2002). 2019. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-08052020-135256>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-08052020-135256/pt-br.php>. Acesso em: 11 jun. 2022.

IMBRUNIZ, C. Livros escolares e ensino de escrita: selecionando material entre a linguística e a história. *Investigações*, v. 31, n. 2, p. 429-457, 2018. DOI: <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2018.237536>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/237536>. Acesso em: 11 jun. 2022.

KOSHIYAMA, A. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2006 [1982].

MAINGUENEAU, D. *Gêneses dos discursos*. Tradução de S. Possenti. Curitiba: Criar, 2005 [1984].

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. Tradução de A. Sobral. São Paulo: Contexto, 2006 [2005].

MORAES, D. Uma trajetória do design do livro didático no Brasil: a Companhia Editora Nacional, 1926-1980. 2016. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.16.2017.tde-15022017-120740>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-15022017-120740/pt-br.php>. Acesso em: 29 set. 2023.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E. Orlandi *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1975].

POSSENTI, S. A noção de acontecimento. In: POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009 [2004]. p. 119-126.

SALGADO, L. *Ritos genéticos no mercado editorial: autoria e práticas de textualização*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2007.412637>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/412637>. Acesso em: 28 set. 2023.

TOLEDO, M. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.



Recebido em 09/12/2020. Aceito em 14/06/2022.